203

This
Nuno Gonsalves

Almirante

Vicente de Almeida de Eça

Com um grande e afectuoso abraço ao meu distinto Camarada e Amigo, Morais Costa, com homenagem às suas distintas qualidades e às recordações de tempos distantes, nos Açores,

14.2.953

Comandante QUELHAS LIMA

Almirante
Vicente de Almeida de Eça

Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa no dia 18 de Dezembro de 1952, em comemoração do centenário do nascimento do insigne Almirante

Lisboa — 1953

Senhor Ministro da Marinha
Senhores Membros da Sociedade de Geografia
Senhores Oficiais Generais
Camaradas
Senhoras e Senhores
Cadetes da Armada

A gloriosa Sociedade de Geografia de Lisboa, em permanente vigília, rigorosa atenção a todos os factos que na vida da Nação se adiantam com significado destaque impondo pública consagração, ao folhear o Livro da História encontrou que em 15 de Agosto de 1852 nasceu o vice-almirante VICENTE MARIA DE MOURA COUTINHO DE ALMEIDA DE EÇA, português sem mancha, patriota ardente, marinheiro exemplar de intelectualidade forte e dominadora, professor emérito, e assim em harmonia com a sua alta missão promove sessão comemorativa evocando o centenário do nascimento de tão notável homem que à grande causa da Pátria tudo lhe ofertou perdulàriamente.

Se em tempos calmos, próprios, a serena e despreocupada meditação, a exaltação da memória dos homens que pelo seu valor contribuíram não só para o engrandecimento da Nação como pelo exemplo e acção meritória do seu labor ensinaram o caminho da honra e do dever para a manter e fazer prosseguir por caminhos luminosos constitui, em si, atitude dignificante, nobilíssima, em tempos algidos onde as grandes constantes humanas tardam de mais em mais em se impor e sofrem premente ameaça de serem trituradas no cadinho genial e trágico da «civilização técnica», o movimento da Sociedade de Geografia de Lisboa tem irrecusável significado benemérito, educativo, total patriotismo.

Entretanto devo confessar que se me encontro aqui por honroso e desvanecedor convite da Sociedade de Geografia de Lisboa não descubro dentro de mim outra qualificação que não seja exclusivamente a de ser um simples número de ordem na lista das sucessivas gerações que tiveram o prémio, inesquecível ventura, de terem ALMEIDA DE EÇA como professor e puderam colher nas suas lições magistrais, sob o império da clarividência e persuasão, além do ensino e doutrinamento o afago, a bênção do seu espírito de eleição.

Digo ainda mais, em plena contrição de espírito, que mais me seduziria recolher-me e meditar, dar justo balanço de contas ao uso que fiz dos ensinamentos, dos conselhos do professor, muito para além das preocupações rudes, mas legítimas, de me não encontrar possuidor das necessárias possibilidades ou com as condições requeridas para me manter à altura do momento tão particularmente grato, carinhoso e emotivo para portugueses, sobretudo a marinheiros.

SENHORAS, SENHORES:

Não seria aceitável, nem racionalmente me sentiria capaz de interpretar com a possível justeza a portentosa e humaníssima personalidade de ALMEIDA DE EÇA, nem compreender o verbo eloquente, o consciente e expressivo clamor brotando irresistìvelmente em torrente da sua alma cristalina: «eu creio no Bem, na Justiça e no Direito» e a sua luta sem tréguas e sem cansaço pela imposição do reinado daqueles princípios entre os homens e entre as nações, mesmo através dos mais cruentos desenganos e formais desilusões, sem recuar no tempo e meditar nas razões, nas circunstâncias de ambiência político-social que rodearam a juventude onde forjou o carácter com a solidez e rigeza de um batólito de granito sob o alicerce insubstituível dos primores de educação que recebeu em berço distinto e cristianíssimo.

Então vejamos ràpidamente:

A juventude de ALMEIDA DE EÇA teve necessàriamente que sofrer directa influência potencial ou recolher forte e sadio hálito do movimento conhecido na história por «Regeneração» em que homens de escol, patriotas de esclarecida intelectualidade no pensamento e na acção levaram a todos os sectores da Nação, na ordem política, financeira e económica, uma oxigenação fecunda e construtiva para arrancar do desânimo, da mediocridade, do marasmo que se havia instalado como fatal pesadelo na vida portuguesa procurando encaminhá-la na estrada franca do progresso em sentido europeu.

Paralelamente nas Letras, nas Artes, na Poesia surgem maciçamente, quase em tropel, intelectuais, escritores e poetas que levam ao apogeu da beleza o nosso mundo de espírito. A rija língua portuguesa, trabalhada por tantos príncipes de Letras, atinge a sonoridade de um sino de bronze capaz de traduzir toda a gama das acções e sensações do viver e do sentir.

A prosa maleável, rica, tem a plasticidade da cera, e a poesia, no seu ritmo, tem o brilho luminoso, cintilante, das estrelas, tilinta em vibrações do mais puro cristal.

Não curo de saber, nem no momento interessa especìficamente, se a «Regeneração» fecundou amplamente ou se foi suficiente para promover definitiva viragem na vida da Nação.

Interessa apenas referir que ALMEIDA DE EÇA viveu a mocidade sob a acção potencial de intelectualidade da «Regeneração» e o seu espírito sensível e receptivo instilou aquele impulso, generoso e renovador, patriótico, encaminhando-o para altos e humanos ideais.

Por outro lado, no mundo externo, na comunidade internacional, acontecimentos históricos proeminentes se vão sucedendo e que parecendo trazer a marca, a promessa de salutares consequências de paz e lealdade nas relações entre as nações dominam os espíritos da época e podem, possìvelmente, ajudar a alcançar o objectivo primário das minhas considerações: interpretar, descobrir o homem, o VICE-ALMIRANTE ALMEIDA DE EÇA.

Seja-me então consentida rápida divagação.

É sabido que com o Congresso de Viena em 1815 se abre um novo ciclo na História, depois de vencido e desbaratado o sonho do genial corso, cortadas as remiges à águia napoleónica. A Inglaterra depois de séculos de política sagaz, flexível e realista, conduzida com fria tenacidade que não conhece intermitências no pensamento nem falha de oportunidade na acção, impõe finalmente ao Mundo a majestade do seu poder, deslumbra com a demonstração do seu saber político.

Neste período maravilhoso da sua existência a Inglaterra bem podia chamar a si, com inteira propriedade, a esplendorosa cerimónia dos doges de Veneza e atirar o anel ao mar e dizer: «desponsamus-te mare, in signum veri, perpetuique domini».

A talassocracia, o tridente de Neptuno que a Inglaterra mantém firme nas mãos permite-lhe vigilância cuidadosa, mas repousante sobre os acontecimentos mundiais. Reina com esplendor, mas pronta a intervir e continuar a trabalhar sob métodos muito próprios para assegurar o equilíbrio político europeu.

Com este fim acompanha com interesse, favorece discretamente as emancipações dos viris povos balcânicos da sujeição secular ao império otomano, ainda com forte posição na Europa, e intervém ostensivamente no movimento de independência da Grécia que finalmente chega após o caprichoso incidente de Navarino em que é totalmente destruída a esquadra turco-egípcia.

Contudo, a questão do Oriente europeu não fica resolvida; nem nos parece que naquele entroncamento de civilizações a paz verdadeira seja um facto em qualquer tempo — e a Rússia aproveitando hàbilmente a maré de favor para conseguir realizar o seu querido sonho de furar para o mar através dos históricos estreitos ataca e esmaga os turcos na célebre batalha naval de Sinope.

A Inglaterra atenta coloca-se na vanguarda de uma coligação de nações e frustra o intento da Rússia depois de homérica luta conhecida pela guerra da Crimeia.

A Inglaterra continua mantendo o equilíbrio político.

Vim até aqui em rápida síntese para dizer essencialmente que após o sucesso mais caraterizadamente político do que militar da guerra da Crimeia nasce a célebre Declaração do Congresso de Paris de 1856, onde são enunciadas e aprovadas bases fundamentais que devem presidir à condução da guerra marítima e que regulamentadas pela Declaração de Londres de 1909 dão lugar a um código no estatuto jurídico quase completo, contendo normas rigorosas a observar pelos beligerantes entre si e até entre estes e os neutros.

A comunidade internacional progride, dignifica-se, mas afinal o Mundo sonha!

Ainda mais um apontamento.

A guerra anglo-boer e mais expressivamente a carnagem infernal na guerra russo-japonesa em 1904-1905, a trágica hecatombe nos sangrentos campos manchus de Nancham, Mukden e Karbine, o espantoso Porto Artur, o calvário russo de Tsushima agitam em clamor a consciência dos povos e impressionam as nações.

Toma vulto dominador, universal, o humano movimento de pôr termo a processos de guerra insidiosos e cruéis e simultâneamente a necessidade de se instituírem fórmulas diplomáticas, meios políticos e jurídicos susceptíveis de resolver os litígios entre as nações.

Vem dar com estrondoso êxito, justa satisfação, a aspiração dos povos, as convenções e expressivos votos da célebre Conferência da Paz da Haia em 1907. A criação do Tribunal Permanente da Haia a que todas as nações podiam recorrer para resolverem sob o império do direito os seus litígios fortalece a esperança da paz na vida dos povos e mesmo que fatal emergência pudesse surgir as operações militares deveriam ser conduzidas com métodos leais e a humanidade possível, mas digna de povos civilizados.

O mundo continua sonhando!

Julgo ao chegar aqui poder concluir, diante do objectivo a que me propus, que ALMEIDA DE EÇA forjou a sua juventude e até seguros passos da maioridade, cimentou o carácter, educou o espírito sob a influência vigorosa de dois factores simultâneos: na vida interna da Nação o traço forte, elevadamente patriótico da «Regeneração», e na ordem externa o nascimento de uma nova idade nas relações entre as nações, caracterizadamente num esforço pela Paz e uma vez perdido o seu Bem, Lealdade, Boa-fé, Humanidade nas acções militares com franco repúdio pelas acções insidiosas e cruéis.

E assim, sob o alicerce insubstituível de um berço primoroso, distinto e cristianíssimo, o somatório dos factores que envolveram a sua juventude actuando como centro de impulsão do pensamento elevando-o para os mais nobres e altos ideais deixam-nos compreender, sem esforço, o magnífico sentido humanista de ALMEIDA DE EÇA, e a luta sem tréguas pela dignidade nas relações entre os homens e as nações, a constante exaltação das virtudes militares, justificam o ansioso frémito que lhe atravessa em tensão a alma durante a vida: «eu creio no Bem, na Justiça, no Direito, porque creio e amo a Deus».

O almirante ALMEIDA DE EÇA nasce em Aveiro a 15 de Agosto de 1852, completa o curso preparatório de Marinha na Academia Politécnica do Porto, em 1871, assenta praça como aspirante extraordinário aos dezoito anos de idade. Esgotou a ronda das horas que Deus lhe concedeu na vida em 10 de Novembro de 1929, com 77 anos de idade.

É vasta, fecunda, brilhante e muito responsável a sua biografia durante os sessenta anos que com infatigável actividade serve a Marinha de Guerra que tão apaixonadamente amou e tão magnificamente serviu.

O carácter multiforme das comissões de serviço que desempenhou, o brilho emérito com que as exerceu, os louvores e distinções que tão justa e rigorosamente soube merecer demonstram de per si uma universalidade de aptidões reveladoras de excepcionais faculdades de inteligência, estudo e saber.

Embora seja dominadora a sua vocação para a ciência do Direito consagra-se como historiador e outros temas humanos, revelando-se outrossim como apurado técnico em questões relacionadas com a economia do mar, essencialmente as pescas nas águas territoriais, tendo prestado neste sector os mais relevantes serviços e cujos trabalhos ainda hoje se distinguem por inegável valia e o mais destacado interesse.

Das comissões de serviço enumerarei apenas as fundamentais.

Depois de assentar praça como aspirante, em Outubro de 1870, é promovido a guarda-marinha em 4 de Outubro de 1873, tendo ascendido sucessivamente a todos os postos culminando na mais alta gerarquia da Armada com a promoção a vice-almirante em 7 de Setembro de 1929.

Nos primeiros tempos, como é óbvio, as comissões de serviço são no mar, tendo embarcado em vários navios à vela de várias classes e tipos de aparelho, como a corveta «D. João I», fragata «D. Fernando», barca «Martinho de Melo», etc., e navios mistos de vela e de vapor, como as corvetas «Mindelo» e «Estefânia» e a corveta-couraçado «Vasco da Gama» e ainda em navios exclusivamente a vapor, como o «Quelimane», etc.

Encontravamo-nos no limiar da navegação a vapor.

Terminado o período do mar, concorre e é nomeado lente da 5.ª cadeira da Escola Naval — Direito Internacional Público Marítimo e História Marítima — tendo ainda regido as 6.ª e 12.ª cadeiras.

É eleito deputado e toma assento no Parlamento em 1893, escolhido por unanimidade para sócio efectivo da Academia das Ciências em 1912, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, director da Escola Colonial em 1925, Comissário régio junto da Companhia de Inhambane, etc.

Representou Portugal em numerosos Congressos Internacionais de Pesca.

Embora sejam de maior lustre e notório destaque as incontáveis comissões em que tomou posição, pujante, generosa e patriótica a intervenção na causa pública, significativo e distinto o título académico demonstrativo da sua vasta cultura e marcante intelectualidade, prestigiosa e nobilitante a presidência da Sociedade de Geografia de Lisboa, em nenhuma modalidade se revela, pelos fecundos resultados, mais senhor da sua vocação e reais destinos que como professor e educador através da regência na Escola Naval da cadeira de Direito Internacional Público Marítimo e História Marítima em que sucedeu ao insigne oficial da Armada Carlos Testa, uma das mais brilhantes e férteis intelectualidades da Armada em qualquer tempo.

Ao evocar o nome de Carlos Testa, o primeiro professor da cadeira de Direito Internacional e História Marítima criada pela reforma do ensino da Escola Naval em 1856 pelo célebre titular da pasta da Marinha Mendes Leal e a quem se deve entre tantos e valiosos diplomas a promulgação do luminoso «Acto de Navegação Português», sinto imperativo dever de marcar ligeira pausa para me inclinar perante a sua memória exclusivamente através de rápidas palavras extraídas da memorável biografia que o seu émulo e colossal sucessor lhe dedicou:

«Era com efeito Carlos Testa uma figura de destaque naquela época que à fama dos oficiais antigos contrapunha o brilho dos modernos.

«Elegante na sua farda, possuindo vasta instrução geral, falando com perfeição línguas estrangeiras e conhecendo o latim a ponto de versejar com facilidade, insinuante na conversa, umas vezes ponderada e grave para logo a salpicar de graça cintilante, tendo adquirido justificadamente o conceito de bom marinheiro, homem de sala e de estudo, pode imaginar-se o que seriam as suas lições».

Na regência daquela cadeira e diante de uma herança difícil e preocupante ALMEIDA DE EÇA ergue-se a incomensurável altura, a consciência perfeita da função do professor atinge a maravilha do apostolado como doutrinador e educador, a evocação dos feitos da História transforma-o num missionário que ora canta as suas grandezas, ora cicia, reza como um peregrino de fé ardente diante de momentos dolorosos e incertos, mas respirando sempre nas suas lições inabalável confiança, clamorosa vitória nos nossos destinos históricos!

Instila no âmago dos seus alunos, geração por geração, em comunicabilidade perfeita, sincronismo de consciências, o orgulho pela História da Pátria em que tivemos a graça de nascer, exalta a Marinha como órgão de grandeza e a forja das nossas maiores glórias!

Não conhece desfalecimentos na sua missão, mesmo em tempos crus, luta e vence, sofre mas anima e assim as suas lições magistrais, os seus entusiasmos transmitem-se de boca em boca, geração por geração, que mantém grata fidelidade, intacta a sua personalidade, a ardência cheia de equilíbrio do seu patriotismo, a impecabilidade das acções, a majestade do porte, constituindo alvíssimo marco, padrão firme e inapagável na alma dos que o ouviram.

Contudo, a nota mais característica, o esplendoroso sucesso com que mantinha durante as lições, até nos exames finais — nenhuma oportunidade lhe escapa — os alunos em tensão de espírito, almas em suspenso das palavras do Professor, era dada pela constante atenção aos acontecimentos nacionais dignos de meditação e pausa como a pormenores singulares da intimidade da aula para em rápidos reflexos mentais nos mostrar a sua maravilhosa face de Educador.

São infindáveis os factos, diversos, curiosos e até incontroláveis os pretextos de que se apodera para construir um tema educativo.

Entretanto escolherei alguns que todos os seus alunos sabem de cor e adejam em permanente constância nos espíritos e que de per si integram a personalidade do incomparável Mestre.

Ei-los:

— Corria cruenta e implacável a beligerância na primeira grande guerra mundial, no mar e na terra. No dia da abertura das aulas, em 1917, da cadeira de Direito Internacional, e depois dos alunos ocuparem os seus lugares, ALMEIDA DE EÇA mantém-se de pé, demorando discretamente o olhar pelo curso, mas fixando fugazmente os

alunos um por um. Seguidamente e sem dar ordem para os alunos se sentarem toma a caderneta e faz lentamente a chamada.

Não encontra voz de presença quando evoca o aspirante Elói da Mota Freitas. O silêncio do curso em sentido toma expressão de comovida angústia. O professor quebra o silêncio e responde:

«Morto em combate no campo da honra e do dever a bordo do caça-minas «Augusto de Castilho» e dominando a emoção continua, imperturbável, a chamada.

A intimidade do ambiente, a ausência formal de qualquer espectaculosidade, a sinceridade da emoção, emprestaram ao momento um significado de imaculada nobreza. ALMEIDA DE EÇA não prestou uma homenagem, esculpiu instantâneamente um monumento ao sacramento de sangue ao serviço da Pátria.

É que o episódio glorioso e trágico do combate entre o caça-minas «Augusto de Castilho» com o submarino alemão «U-139» se no conjunto da beligerância não oferece fenomenologia espectacular por não pôr em jogo frente a frente maciços valores humanos e materiais constitui, para nós portugueses, um exemplo tipo, a obediência recta às regras dos marinheiros de Chaul — não voltar a cara à esmagadora superioridade do adversário — e sobre cujo épico calvário se vai edificar a decisiva e estrondosa batalha naval dos Rumes.

No brilho do olhar de ALMEIDA DE EÇA, na arfagem da sólida arca do peito, transparecia a visão, a imagem do valor daqueles escassos homens que em Diu ou em Marracuene, no Achem ou em Chaimite, em Malaca ou em Mongua, em Ormuz ou em Massangano, construíram a imensa colmeia lusitana, o universalismo humanista do Mundo Português.

— Como para as aulas de ALMEIDA DE EÇA os alunos seguiam em alvoroço e ansiosa expectativa, acontecia que logo que eram libertos da formatura para entrarem à vontade na sala de aula nem sempre seguiam o caminho consagrado e antes, ora aqui, ora ali, se esgueiravam por debaixo das carteiras para mais ràpidamente ocuparem os respectivos lugares. Sempre que isto acontecia, ALMEIDA DE EÇA comandava fuzilante : «Um militar nunca se agacha».

Era lógica, pertinente, a rigorosa advertência.

Quem, como ALMEIDA DE EÇA, de forma sistemática, procurava com elevado e sadio doutrinamento formar militares de carácter recto e leal, noção exacta do dever, sentido desenvolvido da honra, tinha necessàriamente de intervir em todos os actos de exteriorização física que implicassem menos compostura nas atitudes ou simples deslize no porte.

— Tinham normal desenvolvimento os exames finais de Direito Internacional em Junho de 1922. ALMEIDA DE EÇA presidia ao júri e era o arguente. O raide Lisboa-Rio de Janeiro, a maravilhosa aventura nos primeiros passos da idade do ar estava em desenvolvimento triunfal depois de vencida com incrível audácia, alicerçada em sólida base técnica-científica a étapa sensacional Praia-Penedos de S. Pedro e S. Paulo. Aguardava-se a todo o momento a comunicação da vitória final. Em todas as consciências era mortal a ansiedade, os olhares eram relâmpagos de emoção, ardia nos corações das gentes portuguesas uma imensa labareda de patriotismo. Em certo momento ouvem-se os ecos das salvas dos navios no Tejo. Era o momento desejado. ALMEIDA DE EÇA ao ouvir o eco da primeira salva despede de forma fulminante ao aluno que estava a interrogar a seguinte pergunta: «Diga-me, aspirante, quem são os primeiros portugueses da actualidade?». O aluno responde imediatamente: «Coutinho e Cabral». ALMEIDA DE EÇA sorridente, feliz, replica: «Disse muito bem, estou muito satisfeito, pode retirar-se».

Não comento, nem desenvolvo o enternecedor e substancial tema que este colóquio envolve. Deixo-o, entretanto, à meditação de todos.

E para concluir, em simplicidade e certa dose de humor, a demonstração da magnífica e talentosa faceta, original e caprichoso segredo dos métodos de ensino que bastaria, em si, para inspirar o recorte e a moldura em alto relevo da personalidade de ALMEIDA DE EÇA no enobrecedor exercício do magistério em que a modesta cadeira onde dissertava se guindava à altura de um trono de beleza sob o inexaurível manancial dos seus tesoiros de espírito, permito-me ainda citar um exemplo da segurança e profundo conhecimento que tinha da psicologia dos alunos, das suas acções e reacções, e a prontidão com que receitava e ministrava apropriada tisana para corrigir e sarar, com lapidar decisão e saudável resultado, qualquer irreverência que pudesse nascer.

Numa lição de História Marítima, ALMEIDA DE EÇA tendo o curso a rodeá-lo, debruçado sobre uma carta explicava a derrota do Gama na sua primeira viagem à Índia. O curso seguia atento a narrativa, mas um aluno que se encontrava imediatamente atrás do Professor começou a soprar com subtileza, mas maliciosa intenção, os escassos cabelos que tinham o privilégio de resistir à acentuada calvice.

ALMEIDA DE EÇA adivinha a origem artificiosa do arrepio que lhe corre a cabeça, não dá pelo leme, e sem fazer gesto de se voltar diz com calma, mas firme e austera naturalidade: «e eu não gosto que me soprem na careca» e continuou a narrativa.

Sem um esgar, sem tempestade histérica, sem venenosa desconfiança, sem procurar sequer a fácil identificação do autor da irreverência reprime-a, contudo, com soberania, com a mesma majestade, enfim, que o leão encara e sacode o prurido da ferroada do mosquito!

Era assim ALMEIDA DE EÇA — EDUCADOR.

Eu sei que poderá merecer legítimo reparo ter feito destacar ou separar no Professor a qualidade ou faculdade de Educador que em si vive e intrìnsecamente se contém.

Suponho que será compreendida ou pelo menos perdoada a impropriedade ou manifesta redundância depois das fugidias mas expressivas notas que acabei de referir de ALMEIDA DE EÇA no exercício resplandecente do magistério, em contrita e saudosa evocação.

Poderia abordar melhor ou pior outros temas, em que a sua fertilidade intelectual se manifestou de forma proeminente, criadora, mas deixei-me envolver totalmente pela magia que ALMEIDA DE EÇA exerceu sobre tantas gerações de oficiais da Armada e até porque quando o magistério se exerce com plena consciência e saber, entusiasmo e total entrega aos alunos, sem pedantismo ou calculadas reticências, de todo o cabedal de conhecimentos indispensáveis para desbravar com clareza o caminho da vida escolhida, creio que nada poderá exceder aquela função em humana grandeza e fecundantes consequências.

Ensinar, educar, com o fervor de ALMEIDA DE EÇA, ofertar perdulàriamente todo o saber, impor exemplaridade de atitudes aos homens de amanhã é trabalhar para o eterno: a PÁTRIA.

Mas seria lícito perguntar com frio realismo: a lição do Professor fertilizou no espírito das gerações que o ouviram e sentiram?

Direi simplesmente: SIM.

Pode mesmo acrescentar-se, como mero parêntesis, que constitui hoje e sempre nas aulas de Direito Internacional na Escola Naval, cuja sala ostenta o seu nome, o retrato se impõe soberanamente e o espírito vigia em imperecível êxtase, tema específico em momento adequado do programa, com a exposição da doutrina a exaltação de ALMEIDA DE EÇA, o seu modelar exemplo de professor, de marinheiro e do patriota incorruptível em toda a gama das acções ao serviço da Pátria.

Sim, a Marinha de Guerra não esquece ALMEIDA DE EÇA e os seus trabalhos na Comissão Permanente de Direito Marítimo Internacional, onde demorou até o último alento de vida, merecem atenção constante, instrutiva e salutar consulta, impõem-se como lição e conselho.

Por tudo isto será fácil adivinhar o sentimento de enternecido alvoroço, a recolhida gratidão com que a Marinha de Guerra recebe e acolhe a homenagem prestante da Sociedade de Geografia de Lisboa ao vice-almirante ALMEIDA DE EÇA, seu antigo e magistral presidente.

Mas nada melhor e mais expressivamente pode demonstrar o prestígio do nome, a legítima e consagrada auréola que envolve o saber, a firme e geral consciência dos primores do espírito, a impoluta envergadura moral de ALMEIDA DE EÇA que a letra do despacho ministerial de 29 de Junho de 1929 em resposta à proposta do Conselho Escolar da Escola Naval para que fosse autorizado a prosseguir no exercício do magistério, mesmo depois de ter completado os condenatórios 70 anos para actividade de serviço.

Se a proposta do Conselho Escolar, como maior homenagem a ALMEIDA DE EÇA, se projecta a grande altura ao pensarmos que no seio daquele Conselho havia um escol de professores, alguns dos quais já desaparecidos tangenciaram o génio, e ainda outros que com a graça de Deus se encontram entre nós e cujo alto mérito já há muito os libertou da lei fria da morte, não são menos dignificantes os termos daquele despacho ministerial que indefere a proposta por imperativo da lei e que por isso se vai recordar:

«Se na apreciação de uma lei fosse lícito abrir excepções de ordem pessoal, nenhuma seria mais justificada, nem teria uma atmosfera de mais simpatia do que aquela que se abrisse em favor do vice-almirante ALMEIDA DE EÇA, mas a lei que estabeleceu o limite de idade tem que cumprir-se integralmente e aplicar-se conforme o parecer da Procuradoria Geral da República a todos os funcionários do Estado, civis ou militares.

«O almirante ALMEIDA DE EÇA tem sido para as modernas gerações de oficiais da Armada o Mestre respeitado em seu douto parecer e nas suas lições magistrais, pelo profundo conhecimento da ciência do Direito Internacional Marítimo que com tanto brilho tem continuado e tanto tem concorrido para se desenvolver entre nós. Como Mestre continuaremos a escutá-lo e consultá-lo. O seu espírito formou-se em ramos de conhecimentos — O Direito e a História — que não podem ser profundados senão por muito raros oficiais de Marinha porque além de uma tendência natural do espírito exigem uma cultura vasta e um sossego que difìcilmente se podem conciliar com o mister, por natureza agitado da vida do mar, quase sempre sem meios para o fazer, embora por outro lado careçam de conhecimentos essenciais para aplicar as normas do Direito Marítimo e os ensinamentos da História. Por tudo isto mais sensível se torna ainda a lacuna que a sua saída vem deixar no ensino naval. E foi por já assim o ter entendido que o Conselho de Instrução da Escola Naval, quando o almirante ALMEIDA DE EÇA foi atingido pelo limite de idade estabelecido pela lei militar, propôs a sua continuação no magistério ao abrigo de uma lei civil que podia ter-lhe aplicação.

«Nesta ocasião para mim dolorosa em que, como Ministro, me cabe dar cumprimento à lei, eu quero como chefe da Armada ser o intérprete do seu muito reconhecimento pela obra meritória do almirante EÇA e da sua muita mágoa vendo-o afastar-se na regência da sua cadeira na Escola Naval, com tanta proficiência e tanto brilho exercida».

Os termos nobilitantes, exaltadores da personalidade de ALMEIDA DE EÇA que o despacho impõe em límpida verdade e plena nobreza falam demasiado alto para que pudesse teimar em prosseguir para além do seu luminoso significado.

Mas julgo poder acrescentar que quando olho com segura reflexão este mundo cheio de sobressaltos e incertezas onde a luz da esperança de entendimento entre os povos bruxoleia dèbilmente e onde os eternos valores morais parecem desertar da consciência dos homens, sinto retinir na alma o verbo eloquente de ALMEIDA DE EÇA, consciente e expressiva fala, convencendo pela razão, persuadindo pelo sentimento ao proclamar e defender os mais belos e nobres ideais humanos:

«Eu creio no Bem, na Justiça, no Direito, porque creio e amo a Deus».

TENHO DITO.

JOAQUIM QUELHAS LIMA
Capitão de fragata

TIP. SILVAS, LIMITADA
Rua D. Pedro V, 120 — LISBOA
Tel. 2 3121